



Quinze anos da PNATER: uma abordagem aos processos de formação de agentes de ATER, no campo da agroecologia, na região sudeste do Brasil.

Fifteen years of PNATER: an approach on the processes of ATER's agents formation, in the agroecology scope, in the southeast region of Brazil.

GOLLO, Alexandre Magno Lopes¹; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de²

1 - Doutorando em Extensão Rural DER/UFV alexandre.gollo@ufv.br 2 - Professor Associado I DER/UFV marcelo.romarco@ufv.br

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: No Brasil, desde 2004, os serviços de Extensão Rural têm sido orientados pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que tem, originalmente, na transição para a agroecologia e, a partir da Lei 12.188/2010 na “adoção dos princípios de agricultura de base ecológica”, um de seus princípios norteadores de ação. Identificar e sistematizar o que foi feito para formação de agentes de ATER, no campo da agroecologia, ao longo deste período, motivou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a contratar consultorias, em convênio com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2016/18) para, a partir de abordagens regionalizadas, traçar um panorama nacional sobre estes esforços. Nesse sentido, o presente trabalho revisita as contribuições obtidas por tal consultoria para a região Sudeste do Brasil; e traça uma análise que ora se relaciona às pesquisas de doutoramento, do primeiro autor, em Extensão Rural, pelo Departamento de Economia Rural da UFV.

Palavras-chave: ideologia; economia; ecologia; desenvolvimento.

Keywords: ideology, economy, ecology, development

Introdução

A construção do conhecimento agroecológico é uma expressão dos saberes e dos fazeres humanos que se encontra imersa numa teia de controvérsias, entre negações e afirmações, que também perpassam o universo e a evolução dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); cujos graus de complexidade na comunicação, na delimitação e na compreensão dos “lugares de fala” de seus diferentes protagonistas têm sido objeto de estudos e de trabalhos, tanto em pesquisas acadêmicas, quanto em consultorias técnicas, que constituem os elementos de subsídio em nossa abordagem de pesquisa.

Entre agosto de 2016 e fevereiro de 2018 o MDA, reconfigurado à Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), sob convênio com o PNUD, propiciou um processo de abordagens de campo e de revisões bibliográficas para, em diálogo com equipes de empresas executoras de contratos/ serviços de ATER (estatais e não estatais), promover análises e reflexões sobre a “Formação de agentes de ATER”, com enfoque na temática da Agroecologia e nos contratos efetivados por Chamadas de ATER/MDA.

Os esforços envidados para a “formação” visavam preparar profissionais para atender



diferentes categorias de agricultura familiar (no contexto das definições da Lei 11.326/2006), posto que a Lei de ATER se estende a pescadores artesanais, povos indígenas, comunidades e povos tradicionais, e ainda observa aos recortes de gênero e de geração; adotando orientação de práticas de agricultura em bases sustentáveis, com metodologias participativas e visando a promoção da Segurança e da Soberania Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2010).

O trabalho, nestes termos, procura dialogar com as constatações de inadequação dos cursos ou processos formais de formação que se aplicam às distintas profissões acionadas pela Extensão Rural, nos termos da PNATER, contrapondo-se às fortes demandas e argumentos do “mercado” (BATALHA, 2005), que é a regra, num quadro geral, cuja exceção resiste em experiências interinstitucionais que operam a formação informal, e/ou formal, para uma atuação agroecológica.

Esta etapa da Pesquisa, embora inicial, nos parece central para a compreensão de um todo que pode estar a determinar, se não uma hipotética não alteração na configuração das práticas de ATER, ao menos, a intensidade da resistência para que tais alterações sejam procedidas.

Metodologia

A metodologia proposta se insere no contexto das análises qualitativas (QUIVY *et al*, 2008; OLABUENAGA, 1999); se pauta pela revisitação aos textos gerados pela referida consultoria para subsídios a novos ciclos de formação de agentes de ATER, baseados em entrevistas semiestruturadas e na captação de informações em “rodas de conversa”, envolvendo formuladores, facilitadores e executores de contratos então vigentes de ATER, na Região do Sudeste brasileiro. Procurando encontrar respostas que auxiliem aos quadros técnicos, acadêmicos e de gestão, que se ocupem sobre “o que fazer” e sobre “o ser” da Extensão Rural.

Os trabalhos, em cada estado da Região Sudeste, foram precedidos pela apresentação dos termos da consultoria aos respectivos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural e, em sequência, montou-se agenda de abordagem com as organizações e empresas de ATER participantes em tais Conselhos. Neste contexto foram efetivadas ao menos duas rodadas de trabalho de campo em cada Estado, gerando cerca de 20 arquivos com registros dessas atividades, caracterizadas pela escuta a representantes das áreas de formação de equipes técnicas nas empresas estatais e não estatais de ATER; a professores de Universidades, de Institutos Federais e da Rede do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo-MEPES, além de extensionistas rurais, alcançando a 30 diferentes organizações e instituições abordadas.

Os materiais reunidos e utilizados no âmbito das sugestões para a Política Pública passam agora à condição de matéria prima para a Pesquisa, no acurar de significados sobre as possibilidades e limitações da formação de agentes de ATER, bem como das tendências e expectativas com a PNATER, entre os seus protagonistas na Região



Sudeste.

Resultados e Discussão

Adentramos ao assunto “Formação de Agentes de ATER” constatando ser este um tema que permeou as diferentes fases de implementação da PNATER – aqui, nos interessa ressaltar duas dessas fases, cujo divisor é a promulgação da Lei 12.188/2010, a Lei de ATER. – A formação, na **primeira** fase, é marcada pelas “Oficinas de Nivelamento Conceitual” (BRASIL, 2015); a **segunda** fase inicia-se a partir da Lei de ATER, tendo em comum a necessidade de oferta de atividades de formação, no sentido da atualização conceitual e do preparo de profissionais frente à missão de atender diferentes categorias de agricultura familiar (Lei 11.326/2006).

Para a Fase 1, como não dispomos de informações regionalizadas, elaboramos o Gráfico 01, que expressa uma síntese dos principais temas de capacitação na formação de Agentes de ATER no Brasil, com recursos do MDA, entre 2004 e 2010. Tais informações foram contabilizadas pela Coordenação Geral de Formação de Agentes de ATER (CGFAT)/ MDA, em 2015, e deram origem a um Documento de registros que apontam para as “Oficinas de Nivelamento Conceitual da PNATER” na condição das atividades mais replicadas. Essas atividades, em regra, tinham duração de cinco dias (40 horas), sendo dedicado um dia para cada um dos princípios norteadores originais da PNATER.



Gráfico 01. Compilação de registros de eventos de formação com recursos do MDA
Fonte: Brasil, CGFAT/DATER/SAF/MDA, 2015. Documento Balanço das Ações de Formação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural; GOLLO, 2017.

Os trabalhos efetivados pela consultoria propiciaram reconhecer múltiplos esforços,



como os relacionados à “(re)significação do Ensino Agrícola” na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (PEREIRA *et al*, 2009); ou à realização de dois Seminários Nacionais de Educação em Agroecologia (SNEA’s Recife-PE, 2013 e Seropédica-RJ, 2016) (ABA, 2013), cujos informes detalhados podem ser encontrados no site <http://aba-agroecologia.org.br> (reconsultado em 11/05/2019); constando entre os eventos subsidiados pelo MDA que também concorreram para a concepção e implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, com seus fóruns e espaços de formação decorrentes.

Buscando compreender as atividades de formação na Fase 2 da implementação da PNATER, analisamos os registros do Sistema Informatizado de Gestão de contratos de ATER – SIATER/MDA, com foco na Região Sudeste do Brasil. Identificamos que mais de 40 profissões, das mais diversas áreas do conhecimento estiveram relacionadas à prestação desses serviços. E ainda que era uma atribuição das empresas e das organizações contratadas a responsabilidade pela formação complementar de seus respectivos quadros técnicos, nos termos da PNATER e dos contratos assinados com o MDA, para a prestação de serviços aos relacionados lotes de agricultores familiares.

O atendimento exclusivo às famílias portadoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP’s), ou com registro no Sistema Informatizado do Programa de Reforma Agrária (SIPRA) esteve mais presente no campo dos obstáculos à execução dos serviços, do que nas temáticas da Formação de Agentes de ATER; no entanto, figuraram nos debates travados nas “rodas de conversas”, quando tentamos verificar as principais tendências e os tensionamentos concorrentes para mudanças na configuração das práticas desse exercício profissional.

Considerações Finais (Conclusões)

No campo da formação de profissionais para atuar com ATER na Região Sudeste do Brasil encontramos equipamentos públicos, de natureza estatal e não estatal, que inscrevem desde empresas e organizações finalísticas, cursos de formação básica e profissionalizante, até cursos em instituições de ensino superior. Constatamos que, frente à natureza curricular, compartimentada em disciplinas e seções de conhecimento, o resultado que predomina é o regime de especializações inadequado às visões sistêmicas.

Para implementar a PNATER todo um Programa de formação foi concebido e divulgado, valendo-se das restritas margens de diálogo com a academia, para dar tratamento de “nivelamento conceitual” aos cinco princípios norteadores da Política, todos portadores de elementos desafiadores aos Programas formais (convencionais) para a formação de agentes de ATER.

Na primeira fase da PNATER, os temas de Saúde e Ações Sanitárias, Agroecologia e Crédito Rural formaram o “segundo bloco” em expressão quantitativa em número de eventos formativos propiciados pela PNATER; registram-se três cursos de



Especialização em extensão rural para o desenvolvimento sustentável, entre 2005 e 2007, no processo de “formação de formadores” para nova ATER. Porém, constatamos que as condições de tramitação da Lei de ATER (2009/10) e, posteriormente, a instituição da Agência Nacional de ATER (ANATER) (2013) foram fatores que abalaram a confiança nas possibilidades de alcance dessa Política Nacional.

Sobre a segunda fase de implementação da PNATER, no processo de Pesquisa exploratória que vivenciamos pela Consultoria (2016/18) observamos que, paralelamente, multiplicaram-se e consolidaram-se experiências formativas no campo da agroecologia, alargando suas margens para além dos tradicionais cursos de ciências agrárias. Constatamos que a evolução no aporte de recursos e a multiplicação do número de contratos de ATER condicionaram as instituições contratadas a executarem seus processos de formação interna de quadros técnicos. Dentre as Experiências de sucesso que foram identificadas, visitadas e que seguem no foco de nossa atual Pesquisa, ressaltamos o aumento de conhecimentos sobre os Sistemas Agroflorestais; a interação em rede Sociotécnica; a Educação em regime de Pedagogia da Alternância, bem como o surgimento de Núcleos de Estudos, Pesquisas e Extensão em Agroecologia, de natureza interdisciplinar, configurando um nítido rearranjo estrutural para o suporte e atuação pelos serviços de ATER; todavia mantendo-se o caráter de, se não mais de exceção, ainda de, minoria na totalidade das práticas em curso.

Neste sentido que compreendemos que as palavras chave: ideologia, ecologia, economia e desenvolvimento estão no âmago das disputas que tensionam a concepção e a efetivação dos serviços de ATER. As modificações requeridas em suas práticas podem ser percebidas tanto pela alteração de seu eixo norteador, para melhor atender a agenda global pelo desenvolvimento, visando a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, quanto pela inserção de novas profissões, com enfoques multidisciplinares para tratar de situações complexas.

Referências Bibliográficas

ABA – Associação Brasileira de Agroecologia. **Registros sobre os Seminários Nacionais de Educação em Agroecologia (SNEA's)**. Disponíveis em: <https://aba-agroecologia.org.br/documentos-de-apoio-ii-snea/> (acesso em 29/08/2019).

BATALHA, M.O. et al. **Recursos humanos e agronegócio: a evolução do perfil profissional**. Jaboticabal. Ed. Novos tempos. 2005. 320 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília. MDA/SAF. 2004. 22 p.

BRASIL. **Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010**: Institui a Política Nacional de ATER - PNATER e o Programa Nacional de ATER – PRONATER. Brasília. Diário Oficial da União. Seção 1, ano CXLVII n. 7, de 12/01/2010.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

XI CBA
Congresso
Brasileiro de
Agroecologia
Ecologia de Saberes:
Ciência, Cultura e Arte na
Democratização dos
Sistemas Agroalimentares



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Documento Interno SAF/DATER. **Balço das Ações de Formação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília. MDA/SAF/DATER. 2015. 10 p.

GOLLO, A.M.L. **Identificação de Centros e de Unidades Pedagógicas de Formação existentes no Sistema Nacional de ATER, Sudeste**: Produto 01 Contrato 2016/ 000223. Brasília. SEAD/PNUD BRA 11/009. 2016. 86 p.

OLABUÉNAGA, J.I.R. Metodología de la investigación cualitativa. Bilbao. Universidad de Deusto, 2ª Edición. 1999. p. 125-210.

PEREIRA, M. de A.P. et al. **(Re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica** – Relatório Final. Brasília. UFSM – MEC/SETEC. 2009. 150 p.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigações em ciências sociais**. Lisboa. Gradiva Publicações, 5ª Edição. 2008. 281 p.